



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS
CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS

IPAJ

Sob o lema ***“IPAJ, na Promoção da Assistência Jurídica e Judiciária em Prol da Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos”***, iniciamos hoje e por um dia o nosso Sexto Conselho Consultivo.

Por esta ocasião saudamos e agradecemos ao Conselho de Representação do Estado e ao Conselho Autárquico da Cidade de Maputo pela excelente hospitalidade que tem vindo oferecer aos delegados e convidados ao VI Conselho Consultivo do IPAJ.

Excelências;

O Sexto Conselho Consultivo do IPAJ vai avaliar o grau de cumprimento das recomendações saídas da V Conselho Consultivo, fará o Balanço das Actividades desenvolvidas de Janeiro a Setembro de 2020 e o Impacto do Regime do Estado de Emergência e actualmente do regime de Calamidade Pública na Assistência Jurídica e Judiciária a População Economicamente Carenciada.

A este respeito, registamos a expansão dos serviços do IPAJ no último quinquénio para 145 distritos de cobertura no país, faltando a cobertura em 11 distritos do país.

Na componente de recursos humanos destacamos que dos 157 Defensores Públicos licenciados em direitos, 76 estão inscritos na Ordem dos Advogados de Moçambique.

Não obstante, a nossa acção, por razões de segurança, ficou reduzida nos últimos dois anos, com o enceramento das delegações do IPAJ em oito distritos, designadamente nos distritos de Palma, Macomia, Nangade, Ancuabe, Muidumbe, Meluco, Quissanga e Mocímboa da Praia, na Província de Cabo Delgado.

Excelências;

No decurso dos nossos trabalhos, teremos igualmente a oportunidade de apreciar várias matérias, onde destacmos a capacidade institucional para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 e a Reforma do Regime Jurídico da Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário em vigor a 26 anos.

Com o enfoque subjacente no postulado do lema escolhido, iremos abordar o tema relativo a ***“Assistência Jurídica e Protecção dos Direitos Humanos nas Zonas de Conflito Armado”***.

Inspiramos a confiança de que a discussão do tema trará ideias inovadoras, visando o aprimoramento da nossa acção na defesa dos direitos humanos em geral e em particular as vítimas do conflito armado e intensificar a nossa acção de educação cívica e jurídica junto dos Centros de Reassentamento dos

Deslocados de Guerra, nas regiões centro e norte do país, contribuindo, deste modo, para um efectivo equilíbrio e paz social.

Excelência;

As duas décadas que marcam a existência do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica confere a esta instituição uma dimensão de maturidade suficiente e mérito próprio, sendo que o reforço de sinergias, colaboração e parceria com as demais instituições se afigura como um pressuposto fundamental para alargar a base do acesso a justiça a todos os cidadãos.

Por este facto, um grande apreço e profundo reconhecimento vai dirigido aos defensores públicos, que em condições difíceis tem sabido cumprir com zelo e dedicação as suas obrigações.

Queremos encorajar a todos os servidores desta instituição para continuarem a contribuir com o seu saber, saber-estar e saber-fazer na promoção e defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos e que a nossa instituição continue em destaque e em prol da defesa das comunidades.

Contudo, para melhor defenderem os interesses dos cidadãos economicamente carenciados, os defensores públicos devem sempre revelar o espírito de honestidade, talento, sinceridade e outros atributos que um funcionário do Estado deve demonstrar.

Como servidores da verdade e da Justiça, devem pontualmente cumprir com os deveres consagrados nas leis que interpretam, envolvendo competência, zelo e dedicação, tudo em prol da defesa da dignidade da pessoa humana, particularmente do cidadão que não dispõe de recursos económicos e

financeiros para a contratação de um profissional forense, sob pena de, exigindo algo ao cidadão, estarem sujeitos a devida responsabilização.

Excelências;

Termino a minha comunicação, desejando bom trabalho aos delegados a Reunião do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e ao Conselho Consultivo do IPAJ.

Com estas palavras tenho a elevada honra de convidar a **Dra. Helena Mateus Kida**, Ministra da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos para proceder a abertura oficial da Décima Quarta Reunião Anual do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e do Sexto Conselho Consultivo do IPAJ.

Excelência;

Tem a palavra!